

Comissão Coordenadora

Relato da reunião realizada em dezanove de outubro de 2022, pelas 14h30, nas instalações do Conselho Nacional de Educação (CNE) com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações.
2. Relato da reunião anterior.
3. Plano Plurianual 2022-2026.
4. Comissões Especializadas Permanentes: Contributos para o Plano de Atividades de 2023 e perspetivas de trabalho a desenvolver no próximo trimestre.
5. Outros assuntos.

Para a reunião foram convocados os membros da Comissão Coordenadora, tendo estado presentes, para além do Presidente, Domingos Fernandes, o Secretário-Geral, Manuel Miguéns, os conselheiros António Firmino da Costa e António Neto Mendes e as conselheiras Flávia Vieira, Jesus Maria Sousa, Maria Assunção Flores e Patrícia Ávila.

O Presidente saudou os presentes e deu as boas vindas a todos e a todas, nesta reunião da Comissão Coordenadora que é a primeira do seu mandato. Referiu a importância e a relevância do papel desta Comissão enquanto órgão de governo do CNE, no sentido em que lhe cabe coadjuvar o presidente na tomada de decisão sobre as atividades a desenvolver e sempre que o Presidente entenda necessária a sua intervenção.

No ponto 1. Informações, o Presidente fez uma síntese de uma iniciativa que estava pensada para ser desenvolvida no CNE, sobre a qual já tinha reunido com a assessoria técnico-científica do Conselho. Relaciona-se com as comemorações dos 50 anos do 25 de abril e intitula-se *Escolas à descoberta de abril* (EDA50). Pretende-se criar um repositório de memórias sobre o 25 de abril, através de uma plataforma aberta a toda a sociedade. Esta plataforma será alimentada pelos trabalhos, em formatos variados, realizados por alunos sob orientação dos seus professores. Numa fase inicial, deverão ser abrangidos alunos, preferencialmente do ensino secundário, pertencentes a um conjunto de 50 escolas a selecionar. Este limite não impedirá, no entanto, que outras se possam juntar à iniciativa, mas tem subjacente o facto de se pretender um acompanhamento e apoio próximos por parte da assessoria do CNE, que dispõe de um número escasso de elementos. Informou que a propósito desta iniciativa houve uma reunião com o Senhor Ministro da Educação, no passado dia 11 de outubro, e estava agendada uma reunião com a Senhora Comissária Executiva da Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de abril, Maria Inácia Rezola, no próximo dia 24 de outubro. Referiu também que iria ser pedida uma audiência ao Senhor Ministro da Cultura para o informar deste projeto. No debate que se seguiu foi realçada a necessidade de motivar os jovens para esta tarefa que dependerá muito, também, da motivação dos professores, de modo a que se possa construir um acervo de qualidade para ser utilizado em diferentes ambientes.

Informou que tinha recebido um convite da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para uma reunião sobre o regime de acesso ao ensino superior, na qual será representado pelo conselheiro António Firmino da Costa.

Sobre o relatório anual do CNE Estado da Educação 2021 (edição de 2022) referiu que foram pedidos a algumas personalidades textos sobre as temáticas que constituem o objeto das seis comissões

especializadas permanentes e que irão integrar a Parte III do relatório. Está em elaboração um texto enquadrador destas temáticas, tendo em conta as principais tendências e desafios da educação. A assessoria técnico-científica está também a trabalhar na Parte I, que traça um retrato da evolução dos principais indicadores em Portugal, relativos à educação e à formação de crianças, jovens e adultos.

Informou também que o CNE tinha recebido da Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República um pedido de contributo, relativamente à discussão em curso acerca dos Projetos de Lei n.º 809/XIV/2.^a (Cidadãos) “Valorização do ensino politécnico nacional e internacionalmente”; n.º 115/XV/1.^a (PCP) “Valorização e reconhecimento do Ensino Superior Politécnico, reconhecendo a possibilidade de conferir o grau de doutor” e n.º 125/XV/1.^a (BE) que “Cria a possibilidade de administração de doutoramentos no subsistema de ensino superior politécnico, através da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das instituições do ensino superior”. Sendo o prazo de resposta curto, o Presidente propôs que o contributo do CNE desenvolvesse algumas considerações preliminares sobre as alterações legislativas referidas e sobre algumas opções de fundo relativas ao Sistema de Ensino Superior que lhes estão implícitas. De igual forma, entende que o Conselho pode disponibilizar-se para levar a cabo um processo de reflexão e debate sobre essas opções de fundo no Sistema de Ensino Superior do país, tendo em conta a sua composição alargada e diversificada.

Este entendimento encontrou eco em todos os presentes, sobretudo pelo facto de se tratar de um tema complexo e sensível e de nunca ter havido uma verdadeira reflexão sobre o sistema binário no ensino superior em Portugal. A conselheira Jesus Maria Sousa comunicou que tinha elaborado um documento sobre esta questão, que tinha partilhado com o Presidente. Concordou que fosse enviado a todos os membros da Comissão Coordenadora

No ponto 2. o Presidente referiu que, apesar de a maioria dos presentes não ter participado na referida reunião, tinha sido enviada a proposta de relato da reunião anterior da Comissão Coordenadora, que, caso estivessem de acordo, seria considerada aprovada com o voto geral de abstenção.

No ponto 3. o Presidente apresentou dois projetos para o plano plurianual 2022-2026. São, por um lado, estudos de caso intrínsecos, com o objetivo de conhecer e, sobretudo, dar a conhecer à sociedade em geral o que realmente se faz nas escolas e contribuir para o reconhecimento e valorização da missão que desenvolvem. Por outro lado, e com os mesmos objetivos, biografias de professores e lideranças. Pretende que estas iniciativas sejam feitas de preferência pela assessoria técnico-científica do Conselho Nacional de Educação.

No ponto 4. foram sugeridos pelo Presidente e pelos(as) conselheiros(as) alguns temas que poderiam ser debatidos e trabalhados no seio das comissões especializadas, nomeadamente: o regime de acesso ao ensino superior; a formação dos professores e o regime de seleção e recrutamento; o sentido da existência do 2º ciclo do ensino básico; o papel das artes e da educação física no desenvolvimento do currículo; o ensino experimental.

Por fim, ficou decidido que iriam ser marcadas, tão rapidamente quanto possível, as primeiras reuniões das comissões especializadas permanentes para debater e acordar as atividades a desenvolver em 2023.

O Presidente agradeceu a presença de todos e todas e deu por terminados os trabalhos.